

3.3

Ranke: o historicismo e a história científica.

Ranke comumente é caracterizado como um empirista, mas para Iggers o empirismo entende que o conhecimento só pode ser obtido através de um dado racional e das deduções a partir dele. O empirismo implica em uma posição filosoficamente nominalista. Para os empiristas, o fenômeno é a única fonte de conhecimento; não é possível conhecer além dele. Contudo, Ranke entendia o fenômeno como uma expressão de forças metafísicas, e para desvendar o que aconteceu, ele sabia que precisava recorrer à intuição. Ele acreditava que por trás dos eventos havia uma totalidade, uma realidade espiritual. Para conhecer a história, Ranke não contava apenas com sua criteriosa análise das fontes documentais. Ao invés disso, sua narrativa sempre recorreu à noção de que a história é uma arte e, enquanto tal, ela só existiria através do engenho humano. Ranke possuía a perfeita convicção de que era o homem quem atribuiria ânimo aos acontecimentos pretéritos e com seu sopro inspiraria a vida novamente aqueles que já não estão entre nós.

O interesse inicial de Ranke pela história está baseado em duas negações: a recusa do romance histórico de Walter Scott e a crítica ao hegelianismo. Aquele lhe era muito envolvente, mas Ranke passou a se incomodar com a falta de veracidade nos romances historicamente ambientados de Scott. Motivado a conhecer melhor o passado, Ranke começou a achar a realidade dos fatos mais colorida e atraente do que a criatividade do romancista inglês, e esta mesma inclinação para a pesquisa documental o alertou para as singularidades da história e para a impossibilidade de estabelecer regras que controlem o seu desenvolvimento. Assim sendo, sua concepção de história deslocava-se completamente da filosofia da história de Hegel e da sua pretensão de compreender todo o enredo da história universal. Para Ranke, “there are really only two ways of acquiring knowledge about human affairs – through the perception of the particular, or through abstraction; the latter is the method of philosophy, the former of history”.¹

¹ RANKE. Apud: GILBERT, Felix. **History: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt**. Princeton University Press, 1990, p. 24.

Contudo, alguns historiadores perceberam em Ranke um traço do idealismo alemão, exatamente quando entra em questão sua idéia sobre o conhecimento da história. Para ele, a história só é cognoscível na medida em que as singularidades são investigadas; mas o todo não se revela aos olhos humanos, pois nem a história tem leis que regulam seu desenvolvimento, nem seu plano é acessível aos homens: *só Deus conhece a história universal* e seu itinerário pertence apenas a este guia. Portanto, o que pretendemos discutir aqui consiste em nada mais do que as bases da historiografia rankiana e, de posse deste dado, analisar a especificidade da concepção que Ranke sustentava acerca da história, bem como sua idéia sobre a possibilidade do conhecimento do passado a partir de perspectivas historicistas.

A receptividade de Ranke nos Estados Unidos contribuiu para a idéia que freqüentemente se faz deste historiador como um empirista e fundador da história enquanto ciência. Mas este Ranke transformou-se em uma espécie de antiquarista despreocupado com o sentido daquilo que estava descobrindo. A história escrita por ele ficou estigmatizada como uma negação da filosofia e do pensamento teórico. Porém Georg Iggers afirmou que nenhum outro historiador alemão do século XIX preocupou-se mais com as fundações teóricas da prática historiográfica do que Ranke. E o próprio empirismo não era uma novidade trazida a luz por ele. Antes, historiadores como Barthold Georg Niebuhr já haviam se debruçado sobre a análise documental. Portanto, esta idéia que se faz de Ranke não condiz com a sua prática historiográfica. Ao analisar suas fontes, Ranke sempre se preocupou em preencher os vazios com o seu entendimento crítico sobre o tema investigado. Ele advogava por uma narrativa isenta, sem excessos do observador, mas estava ciente de que, sem a compreensão dos fatos, não haveria história. Pensar o legado de Ranke apenas sob a ótica do empirismo significaria reduzir a um ponto mínimo sua perspectiva de história e negligenciar sua contribuição à consolidação do historicismo como uma atitude historiográfica.

O idealismo na Alemanha desenvolveu-se junto à religiosidade pietista. O sentimentalismo da religião de Lutero inspirou um certo otimismo sobre as coisas do mundo terreno. Georg Iggers assinalou que mesmo o crescente interesse pelas ciências naturais não foi suficiente para diminuir o interesse dos pensadores alemães sobre a história e a sua certeza de que esta fazia parte de um grande processo racional e

cognoscível. Ele também nos alertou para o fato de que tal otimismo não se baseava na idéia da história como uma realidade ideal, porém como um processo passível de conhecimento. A historiografia de Ranke, analisada no seio do idealismo alemão, apresentava-se como uma tentativa de entender a história sob uma dupla abordagem, a saber, a análise criteriosa das fontes e a interpretação e compreensão dos fatos analisados. Segundo Felix Gilbert, o idealismo apresentava-se na escrita da história de Ranke da seguinte forma: “Here the view is that there are forces at work in human existence and social life whereby ideas attain realization; and the task of the historian is to show the relationship of the struggles of the past to the ideas that stood behind them. Thus the historian has not only to set forth the story of past events but to reach for what is behind them”.²

Se existe na atitude historiográfica de Ranke uma euforia pela análise das fontes, isso se explica por algumas questões práticas, como, por exemplo, o fato de que ele estava lidando com um imenso volume de material ainda não estudado. O contato com aquele material inédito certamente despertou nele um senso de responsabilidade sobre o passado ali registrado, uma vez que sua narrativa seria o elo entre o passado e o presente. Analisar pela primeira vez toda aquela documentação – como as famosas *relazioni* dos embaixadores venezianos – despertou nele um senso ético, um dever cívico. E, nesta tarefa, ele não poderia deixar seus caprichos pessoais, suas crenças e valores se sobreporem aos fatos, à história que deveria ser narrada. A história como ciência nada mais é do que um compromisso ético de contar o passado *como realmente aconteceu*, sem exageros, sem corrupção dos acontecimentos, sem julgamentos políticos e morais: apenas o que aconteceu!

Mas essa história de fatos isolados e infinitas particularidades não poderia transformar-se em uma colcha de retalhos, na narrativa despropositada da vida de outrora. A história para Ranke não deveria ter objetivo político, moral ou religioso, e sim, precisava informar sobre um processo coerente, isto é, a história ainda sim deveria fazer sentido. Mas, como dotar a história de sentido sem conferir-lhe um determinado julgamento sobre o que passou? Ranke via nesta pergunta um verdadeiro dilema, que se

² GILBERT, Felix. Op. cit., p. 33.

apresentava acompanhado por um segundo questionamento, motivado pelos acontecimentos contemporâneos da Revolução Francesa: há continuidade na história?

Para Ranke, a Revolução Francesa e, sobretudo a Era Napoleônica, foram de extrema importância para o desenvolvimento da história, não porque abriram uma ruptura entre o passado e o presente, mas porque com a derrota de Napoleão e a Restauração foram fortalecidos os laços de pertencimento no interior das várias nacionalidades européias, além de rejuvenescimento das antigas tradições, bem como do Estado Nacional. Segundo Felix Gilbert, o período da Restauração conferiu aos Estados libertados da invasão napoleônica “greater fullness, higher importance and wider extent”.³ A experiência da Era Napoleônica legou dois grandes ensinamentos para os alemães: primeiramente, a invasão francesa mostrou que sentimentos compartilhados entre um povo, como religião, nacionalidade e afinidades intelectuais, não são facilmente suplantados por pressão externa e, em segundo lugar, a derrota de Napoleão comprovou a força desses laços que unem os povos e as nacionalidades. Tal constatação aumentou o interesse pela história e a possibilidade de estabelecer uma ligação entre o passado, o presente e, até mesmo, o futuro, através do estudo das instituições que garantem tal unidade e que possibilitam uma organização social estável e durável; daí a importância de estudar os Estados Nacionais e sua relação ao longo da história.

E, se por um lado, a experiência de Napoleão serviu como exemplo do poder do indivíduo sobre a história, da ausência de racionalidade nas ações humanas e da impossibilidade de prever o futuro, por outro lado, conferiu ao historiador uma nova tarefa. Não caberia mais ao historiador a pretensão de desvendar o mistério da história e antever seu desfecho, sua tarefa tornava-se mais terrena, pois relacionada com a vida e o desenvolvimento de seu povo: o historiador deveria informar como os homens agiram na vida social. A história transformou-se em matéria de interesse público. Talvez por isso o grande número de políticos e diplomatas historiadores. Para a pergunta proposta por Gilbert sobre o impacto da Era Napoleônica – “What are the permanent forces on which society could be securely built?” – talvez Ranke nos tenha dado como resposta a nacionalidade expressa e defendida pelo Estado Nacional.

³ Idem, p. 6.

A valorização do Estado Nacional não era aleatória. Integrava uma ampla concepção de história baseada na idéia de que os homens são fundamentalmente diferentes e produzem formas diferentes de vida, expressas no curso da história. Portanto, embora Ranke acreditasse em um sentido para a história universal, para ele não eram valores universais e imutáveis que guiavam os homens, mas o seu conjunto moral e ético individual. O valor historicista da individualidade faz-se bastante presente nesta postura frente à história. O específico emergia como o signo da investigação histórica, a história como ciência confirmava o singular como seu principal objeto de investigação. E como narrativa do único, a história aprimorou seu discurso relativista, ressaltando que a principal característica de todos os objetos de estudo da ciência histórica é sua historicidade.

O indivíduo apenas existiria no Estado, por isso, a história que Ranke escreveu privilegiou os fatos políticos e negligenciou a análise econômica e social. O Estado é a expressão da coletividade e estava organizado para representar a nação perante as outras nações. A ética que guiava o Estado deveria estar alicerçada em sua própria individualidade e não em valores universalmente válidos.

Embora houvesse tal valorização da vida política em sua historiografia, Ranke considerava a história como uma arte e isto não significava para ele um paradoxo. Admitir tal viés artístico na escrita da história não era uma inclinação ao irracional ou uma posição sem possibilidades de conciliação com sua preocupação com os rumos das Grandes Potências. Ao contrário, para contar as disputas e arranjos entre os grandes países europeus, Ranke precisava de sensibilidade para perceber os momentos de maior tensão e harmonia entre os diversos interesses. E precisava também encontrar a medida certa de cinismo para um Henrique IV, ou de arrogância para Filipe II, a fim de que sua narrativa fosse capaz de mostrar que o passado também tem sentimentos e que a história universal nada mais é do que um grande drama, no qual se desenrola uma trama desconhecida por aqueles que estão em cena. O historiador francês Antoine Guillard também destacou a importância que Ranke conferiu à forma, e afirmou que a narrativa de Ranke era rica em vivacidade e graça. Destarte, o dever do historiador seria exatamente o de – depois de encenado o ato – recolher vestígios do drama representado e tentar, da forma mais verdadeira possível, entender e explicar o antes

vivenciado, escrevendo um roteiro póstumo, um post-scriptum pulsante, trazendo nova vida ao que julgava-se perdido, irrecuperável. O papel do historiador era de reaver a vida que não mais vivia e fazê-la viver para que o presente fosse o presente, o passado fosse o passado. E o futuro a Deus pertence.

Ao contrário do que se poderia imaginar, a escrita de Ranke está repleta de recursos literários: caracterização dos personagens, ritmo através da pontuação, utilização do clímax como uma ferramenta de construção de texto, entre outros. Peter Gay analisou o estilo na escrita da história de Ranke e concluiu que a construção de texto do historiador alemão evidencia uma preocupação em garantir ao leitor certa satisfação na leitura. Sobretudo, com a sua habilidade para montar cenários históricos, narrar cenas dramáticas e expressar em palavras, em ritmo breve, uma decisão incisiva, ou em sua delonga para traçar todos os movimentos de uma disputa diplomática. E Peter Gay concordou que o fato de a leitura de um texto historiográfico proporcionar prazer em nada comprometeria sua veracidade. A máxima rankiana continuava vigente e confirmava que o que realmente aconteceu somente poderia ser revelado pelo trabalho conjunto da crítica e interpretação dos fatos, da imaginação e criatividade, preenchendo as lacunas do não documentado.

O rigor científico nem sempre foi o principal aliado de Ranke, se por um lado, lhe garantiu o *status* de “pai da história”, por outro, legou a ele o fardo da imparcialidade e as críticas pela pretensão de isolar-se do objeto investigado. Mas, se para alguns tal postura científica caracterizava sua pequenez de espírito, para Ranke significava um grandioso esforço ético. Não julgar o diferente, não impor-lhe seus próprios valores não era fácil para Ranke e ele era consciente dessas dificuldades. Contudo, buscou com seriedade apenas narrar o que chegava a seus olhos e, sob esta condição, entedia que a história somente poderia contribuir para o mundo científico se contasse a história realmente como aconteceu. Talvez Ranke também estivesse retirando de sua história elucubrações filosóficas que ele considerava evasivas e posturas religiosas tendenciosas. Dois dos equívocos que ele mais gostaria de evitar eram os posicionamentos políticos extremados e o desrespeito aos sujeitos históricos e suas particularidades. Ao escrever sobre a Alemanha no tempo da Reforma, Ranke se negou a assumir uma postura exclusivamente luterana e lamentou o cisma católico

expresso na Confissão de Augsburg, que, afinal, acabava com a unidade européia – e afetava a tese conhecida de Ranke sobre a unidade fundamental dos povos latinos e germânicos! – em prol da neutralidade do historiador.

Todavia, o que devemos questionar é até que ponto Ranke desposou esta neutralidade, e se em algum momento deixou de ser fiel ao seu estatuto de cientificidade. Em “As Grandes Potências”, Ranke reconheceu que o que vivemos e estudamos é dado ao esquecimento e nossa memória somente captura momentos notáveis, que nos afetaram de alguma maneira. No mais, guardamos em nossas mentes impressões globais acerca do movimento da história. Ele mesmo sugeriu, ao lado de uma análise isenta, a junção de variados pontos de vista para melhor criar uma visão do universal:

“Em História, é de valor incalculável, sem dúvida, a visão de determinado momento, em sua realidade, em sua evolução específica: o específico encerra em si o geral. Todavia, permanece sempre a exigência de encarar o todo, de um ponto de vista isento; aliás, é também o que de algum modo buscamos; da diversidade das percepções isoladas irá surgir natural e espontaneamente uma noção de unidade”.⁴

A história influenciada pelo historicismo e, certamente, também a história de Ranke, destacou o papel do singular e a necessidade de que ele fosse compreendido em toda sua originalidade. Mas a preocupação com o desenvolvimento geral da história não está ausente nas preocupações historicistas, bem como se fez presente nas considerações de Herder e Humboldt, por exemplo. Ranke também ressaltou a necessidade de estudar as conexões entre a história de cada país e sua inserção na história européia. Ao decidir estudar as grandes potências, Ranke admitiu que o contato entre as diversas individualidades cria o movimento da história e este movimento influencia mutuamente as individualidades que o criaram. Por isso, ao iniciar sua apreciação sobre o tema, ele confirmou que “atenho-me, de caso pensado, aos grandes acontecimentos, ao progresso das relações externas entre os Estados. Destarte, o estudo não poderá deixar de focar também muito dos acontecimentos internos que se

⁴ RANKE, Leopold von. As Grandes Potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **L. von Ranke: História**. São Paulo: Ática, p. 146.

entrelaçam com aqueles de modo vário e recíproco”.⁵ E ao analisar o impacto do reinado de Luís XIV sobre a Europa, ele concluiu que as ações do rei francês perturbavam a ordem européia. Por isso, era necessário estudar os fatos para entender suas conseqüências em um contexto mais amplo. Conhecer os atos de Luis XIV nos ajudaria, dessa forma, a melhor compreender o relacionamento entre as nações européias atingidas por este indivíduo. E para aqueles que preferem ressaltar em Ranke o historiador exclusivamente da esfera política da vida, talvez seja interessante destacar que em Grandes Potências ele, ao menos, não se detém à discussão diplomática, porém, ainda no viés político, percebeu que mais importante do que vitórias militares, o que sustentava o poder de Luís XIV eram seus rituais de Corte. Quando criticava o domínio francês na Europa Ranke, segundo um olhar historicista, avaliou que a universalização da língua francesa e dos valores de corte agrediam o princípio de diversidade dos povos: “Outro, não menos grave, estava no fato de a influência dominante de uma só nação dificilmente dar margem à evolução autônoma das demais”.⁶ Assim sendo, para ele as demais potências só poderiam resistir ao avanço francês após restaurarem sua composição interna, sua força e características autônomas e individuais, por isso ele passou a investigar a reação de países como Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia ao domínio francês. Há na narrativa de Ranke, em certos momentos, uma espécie de *história social do poder*. Para compreender o jogo político ele buscou a compreensão de aspectos culturais e hábitos sociais. Vejamos, finalmente, sua análise da imagem política criada por Luís XIV:

“A verdade é que suas próprias campanhas guerreiras são como um prolongamento das ocupações da corte – reúne-se um exército, fazem-no desfilar perante as damas; tudo está pronto; o golpe é bem sucedido; entra o rei na cidade conquistada e logo se apressa em voltar ao paço – de sorte que a pompa, a ostentação, aquele retorno triunfal, a lisonja dos cortesãos são o que acima de tudo lhe dá satisfação; a conquista, a guerra em si valem bem menos para ele do que o resplendor que geram e que o envolvem. Não, ele está longe de procurar uma glória sobranceira, franca, imperecível. O que quer é a

⁵ Idem, p. 147.

⁶ Idem, p. 152.

homenagem, é a veneração dos que o cercam. Esse é o seu mundo, essa a imagem de si que procura legar à posteridade”.⁷

Ao falar da reação prussiana contra o avanço da França, Ranke destacou o impulso que a cultura germânica ganhou neste movimento de auto-determinação política. Ao relacionar esses dois acontecimentos deixou implícito que a disputa política também se processa no âmbito cultural, já que o início da retomada política na Prússia foi responsável pelo revivescimento da poesia e literatura germânicas, como um sinal de que esse povo retomara sua autonomia.

“Subitamente despertado, tirando forças de sua profundidade e de sua maturidade, o intelecto germânico, liberto agora de todo jugo, abre caminhos próprios para uma nova literatura poética, exprimindo uma concepção do mundo ampla, nova e, embora dividida pelos conflitos interiores, coerente e refletindo sua própria imagem. Essa literatura teve, então, um mérito inestimável; não falava apenas a uma parte da nação, mas envolvia todo o povo, dando-lhe a consciência de sua unidade”.⁸

A autonomização da Prússia, conquistada por Frederico II, permitiu a maturação da poesia, literatura, filosofia, em suma, do espírito alemão como uma individualização do povo germânico frente aos outros povos europeus. A cultura alemã ganhou novo ânimo e expressava cada vez mais seguramente os valores e ideais de seu povo. A liberdade, não no sentido radical da revolução francesa, mas, como independência entre os povos, assegurou que a essência de cada povo fosse mantida e suas principais características preservadas. A liberdade exaltada por Ranke era a aquela dos Estados Nacionais, a liberdade e a diferenciação entre as Grandes Potências. Para manter o equilíbrio na Europa, Ranke acreditava que a liberdade e a diversidade deveriam ser mantidas e o Estado teria a obrigatoriedade de encarnar este princípio nacional; ele seria o detentor do poder de união interna em uma nação. Sua existência era necessária, pois uma vez organizada a Europa em nações, estas só poderiam conviver em paz se cada uma encontrasse sua representação política no Estado, que deveria defender a

⁷ Idem, p. 151.

⁸ Idem, p. 167.

autonomia da nação que representava face às outras potências do continente. E sobre a reação prussiana contra a hegemonia da cultura francesa, Ranke afirmou que “Quando, pois uma força espiritual nos agredir, é mister enfrentá-la com forças espirituais. À supremacia com que outra nação nos ameace, só nos cabe opor o expandir-se de nossa própria nacionalidade. Não pense com isto em uma nacionalidade arquitetada, quimérica, mas essencial, presente, que se exprima no Estado”.⁹

A existência do Estado, portanto, justificava-se e alicerçava-se neste princípio, a saber, de que o Estado deveria garantir a autonomia cultural de cada nacionalidade, e assim manter a principal característica da história: a variedade cultural entre os povos e o impulso criativo gerado pelo contato entre eles. Por isso, para Ranke o critério para a composição de um Estado Nacional deveria ser o pertencimento cultural de seus componentes. O Estado não poderia se constituir como uma entidade coercitiva, mas deveria basear sua existência na habilidade de manter semelhantes caminhando juntos e evitar a dominação estrangeira.

“Onde as pessoas se sentem mais à vontade é, isto sim, onde se encontrem características múltiplas para constituir uma coletividade superior, e onde, no instante em que se tocarem e completarem, venham a gerar tal coletividade. Se todas as literaturas perdessem suas características próprias para se misturarem e amalgamarem, não se poderia ter um resultado mais tedioso. Não! A união de todas há de basear-se na autonomia de cada uma. Nada deve impedir que entrem em contato; o que não se deve querer é o predomínio esmagador de uma sobre as outras”.¹⁰

“As Grandes Potências” não é exclusivamente um texto sobre acordos políticos ou questões diplomáticas, consiste em uma consideração sobre as relações exteriores dos principais países europeus e suas conseqüências para o desenvolvimento da história do continente. Principalmente, ele se preocupa em entender como o povo alemão poderia defender-se das investidas de seus vizinhos e como a nacionalidade germânica frutificou e gerou uma literatura e filosofia tão particular e autônoma. Em certo sentido, o texto exprime um elogio de Ranke à cultura a qual pertencia, e para ele o fato de o

⁹ Idem, p. 179.

¹⁰ Idem, p. 180.

povo alemão seguir o seu caminho autônomo significava que a história universal seguia seu dever, pois seu fundamento havia sido preservado e a variedade do gênero humano poderia ser contemplada mais uma vez. Esse texto evidenciou o que Antoine Guiland caracterizou como as duas principais tarefas do historiador para Ranke: “la première est de fixer dans sa vérité typique l’individualité des grands acteurs historiques et des nations qu’ils représentent; la deuxième est de marquer leur role dans l’enchaînement de l’histoire universelle, ce qui est pour lui en définitive, le but suprême de l’histoire”.¹¹

Em “Diálogo Político”, Ranke colocou seu argumento à prova ao provocar o debate entre dois personagens, Carlos e Frederico, que, discutindo a questão do Estado, ponderaram algumas contra-partidas do poder instituído. Ao longo do diálogo, os dois personagens discutem a individualidade dos Estados, dos seus afazeres e das leis que sustentam. Frederico expôs sua opinião acerca da especificidade dos povos e das leis que os regem advertindo-nos para o seguinte: “Não nos iludamos com possibilidades em cuja existência nem podemos realmente acreditar. As formas podem ser transplantadas; mas como vamos copiar os germes de onde brotaram, e não só as bases históricas, mas ainda o espírito que enlaça o passado no presente e há de animar até o futuro?”.¹² A história para Ranke não era apenas um amontoado de fatos desconexos ou formada por um único modelo de desenvolvimento. Ao invés disso, o historiador alemão via na história um processo dotado de sentido e entendia que a relação entre passado-presente-futuro era mediada por uma experiência histórica e um pertencimento espiritual. Portanto, a história só se tornava inteligível a partir do momento em que deixássemos de buscar as regularidades e nos preocupássemos em perceber a maturação de uma força espiritual ao longo do tempo. O Estado era entendido como um indivíduo, e só no âmbito do Estado fazia sentido discutir política. Talvez essa seja a razão da insistência de Ranke em investigar a história política da Europa, pois ele acreditava que os Estados eram a melhor arena de discussão política e a melhor expressão das forças nacionais. E havia uma tendência das nacionalidades se organizarem em Estados e estes deveriam seguir representando-as. Carlos perguntou a

¹¹ GUILLAND, Antoine. *L’Allemagne Nouvelle et ses historiens*: Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel et Treitschke. Paris: Félix Alcan, 1899, p. 74.

¹² RANKE, Leopold von. Diálogo Político. In: HOLANDA. Op. cit. p. 189.

seu amigo: “O que o indivíduo recebe em troca de toda essa participação?” e Frederico o respondeu: “No Estado verdadeiro, a participação por si só constitui recompensa”.¹³

Ranke elogiou Frederico da Prússia como uma grande figura política, quase ao ponto de esquecer-se de sua serena neutralidade de cientista. Porém, embora Ranke quase tenha se transformado em um apologeta de Frederico e de sua influência para o engrandecimento da cultura germânica, até para falar do imperador prussiano ele ponderou que não poderia ter feito tais coisas se não contasse com a sorte. Aparece novamente na escrita de Ranke o poder do acaso e a fragilidade humana frente ao gigantismo da história.

O acaso é o limite entre o que homem pode decidir sobre o seu destino e aquilo que ele não consegue explicar porque aconteceu. No curso da história, o acaso confirma a existência de uma barreira para a racionalização. Sem o acaso, talvez fosse possível encontrar regularidades no desenvolvimento histórico, mas esse capricho da *fortuna* encerra aos homens a possibilidade de antever, de desvendar o mistério, pois o acaso é o guardião do mistério da história. E se, de alguma forma, a imensidão de fatos faz parte de um enredo comum, cabe ao historiador retomar as cenas principais e reconstruir o drama, mas o destino dos personagens só Deus conhece. A onisciência de Deus continua sendo um princípio básico no interior da história.

A afirmação da ligação entre a religiosidade de Ranke e sua escrita da história não consiste em nenhuma novidade e diversos analistas já detectaram este elo. Peter Gay nos diz que:

“A religiosidade de Ranke era, a um só tempo, cultural e pessoal. Sob muitos aspectos, ele foi um fruto característico de seu tempo e espaço. Como bom protestante alemão, não via conflito entre a ciência e a religião; para ele, a ciência, quando mais não fosse, possuía uma fundamentação religiosa. Portanto, falar de Ranke como cientista devoto é falar não metaforicamente, mas literalmente”.¹⁴

Gay acredita que a conciliação entre vivência religiosa e prática científica na vida de Ranke processava-se sem prejuízos a nenhuma das partes. A compreensão que

¹³ Idem, p. 201.

¹⁴ GAY, Peter. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 79/80.

Ranke possuía da história como um poema divino tornava a tarefa do historiador ainda mais digna, e Ranke abraçou o ofício de historiador como uma vocação – no sentido pietista da palavra. Desvendar a obra divina ao longo dos anos, ler e traduzir este poema eterno deveria ser a principal ocupação do historiador. E nessa experiência, Ranke chegou a ver algo divino na tarefa do historiador. “Apenas Deus governa de fato, mas acrescenta Ranke, o escritor, o professor também governa enquanto suas visões forem aceitas pelo mundo; este irá rejeitá-las se não forem verdadeiras, forem arbitrárias, se não estiverem fundadas em Deus, no divino sobre a terra”.¹⁵

Contudo, o que aparentemente poderia caracterizar um Ranke crente na possibilidade do homem igualar-se a Deus, talvez denote seu entendimento de que o historiador foi dotado de um tipo especial de missão: de decifrar o drama vivido. Todavia, de acordo com Peter Gay, havia no cerne da concepção de Ranke sobre o seu trabalho a idéia de *serviço*, isto é, a resignação de que seu esforço não tinha validade senão para engrandecer o propósito sublime da obra de Deus. Segundo as palavras do próprio Ranke: ““Deus habita, vive, manifesta-se em toda a história. Cada ato dá testemunho Dele, cada momento apregoa Seu nome, mas sobretudo, penso eu, nas grandes conexões da história. Ali Ele permanece, como um hieróglifo sagrado””.¹⁶ E a missão recebida por Ranke era trabalhar incansavelmente para, como servo, decifrar a escrita divina acerca do passado. Peter Gay elucidou bem esta questão: “ Ranke não pretendia entender Deus e a história de maneira direta: “Não”, disse a Heinrich no final de 1820, “não entender a Deus, mas, sentindo-o, entender o restante””.¹⁷ De acordo com Felix Gilbert, Ranke “suggests that there is a “plan of a divine world government”, that all human doings are subject to a “quiet and almost unnoticeable but powerful and irresistible force”, that there is “necessity in events””.¹⁸

E o entendimento da história e de Deus era mediado aos olhos de Ranke através da ação da Providência. A Providência seria, então, a mão de Deus agindo sobre a Terra e cumprindo o propósito de seu plano. O passado, o presente e o futuro pertenciam a Deus e a Providência se ocupava em realizá-los. Mais do que o

¹⁵ Idem, p. 80.

¹⁶ RANKE. Apud: GAY, Peter. Op. cit. p. 82.

¹⁷ Idem, p. 83.

¹⁸ RANKE. Apud: GILBERT. Op. cit., p. 44.

cumprimento da vontade divina, a Providência encarnava essa própria vontade, é o desejo vivo e ávido por se fazer cumprir. Ela conhece todo o mistério da história e seu curso goteja pequenas informações sobre o destino dos homens. ““O que seria a Providência se ela também não cuidasse do indivíduo! Que somos pensados por um pensamento eterno, não transitório como a folha do outono que cai, que pertencemos à essência das coisas – tal é a suma de toda religião””.¹⁹ Entretanto, não apenas o indivíduo é instrumento da Providência, bem como os povos e sua culminância na história universal. E como o desígnio divino se aplica tanto no individual, quanto no universal, as nacionalidades em sua diversidade e seu encontro na apoteose da história européia denotavam igualmente o sentido da obra de Deus.

A afirmação de Ranke de que *cada época é imediata a Deus* carregava, portanto, um conteúdo religioso e historicista: a concepção do individual como um espelho do poder criativo de Deus e uma individualidade que deveria ser compreendida, exclusivamente, a partir de seus próprios parâmetros. Mais do que uma mera justaposição de idéias – religião e historicismo – o que podemos ver aqui é o historicismo inspirado por uma concepção religiosa da história. A sensibilidade religiosa contagia a interpretação da história da humanidade. Nosso argumento aparece claro neste ponto em que percebemos a conexão intrínseca entre religiosidade e historicismo. Este sendo inspirado pelo sentimentalismo e pela piedade daquele, a mesma piedade de Deus para com os homens deveria ser empregada pelo historiador para com a história. O historiador não poderia julgar; quem era o historiador para julgar o passado? Que autoridade lhe tinha sido investida para afirmar o que é certo e o que é errado? Peter Gay afirmou que tal concepção da história de Ranke o compelia a perdoar o imperdoável, pois acreditava-se incapaz de ser algoz da história. Neste ponto, importa menos se Ranke manteve ou não sua neutralidade científica. O que de fato nos interessa é a sua suscetibilidade em comportar-se de maneira piedosa face aos acontecimentos pretéritos e a sua resignação com a finitude do conhecimento humano. *Apenas Deus conhece a história Universal*, e o cientista não deve ter a pretensão de ser Deus, mas de servi-lo.

¹⁹ RANKE. Apud: GAY. Op. cit., p. 84.